



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL**

WANDERSON DA SILVA BATISTA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - CAMPUS
CORUMBÁ: A INTERNACIONALIZAÇÃO DE UMA ESCOLA
TÉCNICA NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

**CORUMBÁ – MS
ABRIL 2019**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - CAMPUS
CORUMBÁ: A INTERNACIONALIZAÇÃO DE UMA ESCOLA
TÉCNICA NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

WANDERSON DA SILVA BATISTA

Orientador: Dra. Mara Aline Ribeiro

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Ordenamento
Territorial e Meio Ambiente.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Campus do Pantanal, como para obtenção do título de
Mestre.

**CORUMBÁ – MS
ABRIL 2019**

WANDERSON DA SILVA BATISTA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - CAMPUS
CORUMBÁ: A INTERNACIONALIZAÇÃO DE UMA ESCOLA
TÉCNICA NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

Exame de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para defesa de dissertação e obtenção do título de Mestre. Aprovado em 26/04/2019, com Conceito A.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. Mara Aline Ribeiro
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Prof. Dra. Vivina Dias Sól Queiróz
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Dedico este trabalho a minha família, em especial ao meu pai, minha mãe, meu irmão, minha esposa e minhas filhas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus que nos concede a cada dia a oportunidade de sermos melhores.

Agradeço a professora Dra. Mara Aline Ribeiro que com maestria soube conduzir-me em busca dos meus objetivos. Aliando competência e paciência no intuito de propor o melhor percurso a ser trilhado neste trabalho.

Agradeço aos colegas de trabalho que colaboraram diretamente para o desenvolvimento da pesquisa, em especial a Mestre Giane Moura que prontamente ajudou-me a realizar os ajustes necessários para alcançar a meta pretendida.

Em especial ao meu pai, Wilson Batista, emérito incentivador da minha vida e carreira, a minha mãe, esposa e filhas que souberam compreender cada minuto dispensado para desenvolver este trabalho.

RESUMO

O acesso à educação fronteiriça implica em mudanças de realidade dos partícipes de um determinado processo e, pensando em instituições de ensino profissionalizante visualiza-se a transformação nas condições de trabalho dos estudantes envolvidos. Para atender as especificidades da qualificação profissional, foram criados, pelo governo Federal, os Institutos Federais, com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento local e a valorização do ser humano, tornando-o/a cidadã/ão humanista e inovador/a. O Instituto Federal de Educação de Mato Grosso do Sul - Câmpus Corumbá – IFMS-CB é a única escola instalada na fronteira Brasil-Bolívia com tal perfil, logo, objeto de estudo dessa dissertação. Para nortear os estudos no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, foi estabelecido como objetivo geral “Apresentar ao IFMS as potencialidades e demandas da fronteira Brasil-Bolívia por cursos técnicos profissionalizantes com certificação binacional, inserindo a temática internacionalização no Plano de Desenvolvimento Institucional do Câmpus Corumbá”. Para alcançar o objetivo proposto, o referencial bibliográfico se apoiou em fontes como livros, artigos científicos, dissertações e teses, assim como o uso de documentos oficiais de instituições que lograram êxito em iniciativas semelhantes, constituindo, assim, o embasamento teórico da pesquisa. Por outro lado, a experiência do pesquisador como funcionário da Instituição permitiu, enquanto observador participante, apontar a trajetória para concretização das ações, por intermédio da inserção no PDI da proposta de Internacionalização. Nesse sentido, a dissertação apresenta as potencialidades da Instituição e a contribuição que a mesma trará para o desenvolvimento da região, através da capacitação de pessoas e, conseqüente, de transformação na dinâmica econômica, via qualificação para o trabalho. Essa pesquisa é um passo importante para a efetivação da implementação e sequenciamento das ações institucionais de acesso, permanência e êxito da população fronteiriça no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Palavras-chaves: internacionalização, escola técnica, fronteira

RESUMEN

El acceso a la educación implica el cambio de realidad de los partícipes del proceso, y pensando en la creación de institución de enseñanza profesional se visualiza la transformación en las condiciones de trabajo de los estudiantes involucrados. Considerando el compromiso de los Institutos Federales de contribuir con el desarrollo local y la valorización del ser humano, convirtiéndolo en un ciudadano humanista e innovador, y específicamente en esta investigación, la única escuela con tal perfil instalada en la frontera Brasil - Bolivia. La presente investigación tiene como objetivo apuntar las potencialidades del Campus Corumbá del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología en ofrecer cursos técnicos profesionalizantes que vengán a atender a la población situada en la región fronteriza, insertando la temática de internacionalización en el Plan de Desarrollo Institucional. Se entiende aquí que el PDI es el documento orientador de las acciones de la Institución, siendo que todas las iniciativas deben estar previstas en ese documento para que puedan ser implementadas. La investigación bibliográfica apoyada por el uso de fuentes, como artículos, disertaciones y tesis, así como el uso de documentos oficiales de instituciones que lograron éxito en iniciativas similares, constituyen el fundamento teórico. Se observó que varias discusiones promovidas, incluso en este programa de Maestría, estaban orientadas a la educación en la frontera. Por otro lado, la experiencia del investigador como funcionario de la institución permite apuntar la trayectoria para que las acciones se concreten. De ahí la propuesta volcada, a priori, para la inserción en documento institucional - el PDI. En ese sentido presentamos las potencialidades de la Institución y la contribución que la misma traerá para el desarrollo de la región, desarrollo humano a través de la capacitación de personas y consecuente desarrollo económico a través de la cualificación para el trabajo. Presentaremos aquí el primer paso para que la implementación se efectúe y dé secuencia a acciones institucionales que proporcionen el acceso, permanencia y éxito de la población fronteriza en el ámbito del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología.

Palabras-claves: internacionalización, escuela técnica, frontera

SUMÁRIO

Introdução-----	5
Metodologia-----	10
Capítulo 1 – PRECEDENTES HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL -----	13
1. 1. Breve contextualização histórica do Instituto Federal de Educação-----	17
1. 2. Educação profissional como promoção do desenvolvimento local -----	22
1.3. Capacitação profissional na fronteira Brasil – Bolívia-----	24
1.4. Os caminhos do ensino técnico no Brasil -----	26
Capítulo 2 – O INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – CAMPUS CORUMBÁ: UMA ESCOLA TÉCNICA PARA A FRONTEIRA -----	30
2. 1. Funcionamento e atribuições do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia--	30
2. 2. Documentos Institucionais – Construção e Contribuições-----	32
Capítulo 3 – TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA A FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA -----	36
3. 1.Com a palavra o público alvo da dissertação: análise das entrevistas-----	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	41
REFERÊNCIAS -----	44
ANEXOS -----	46

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da temática dessa dissertação se dá a partir da observação do pesquisador, nativo da região de Corumbá-MS, de um potencial local de recursos naturais e humanos estagnados, com pouco aproveitamento, que interferem nas relações humanas, sociais e econômicas vivenciadas na fronteira Brasil-Bolívia.

A condição de funcionário público em uma Instituição de Ensino Técnico e Tecnológico possibilitou observar a movimentação constante de jovens em idade escolar na região, seja acompanhando os pais nas atividades de comércio informal, ou em busca de emprego, tal feito motivou a pensar o ensino profissional como mecanismo para proporcionar a capacitação e, assim, atender a demanda posta.

A experiência adquirida como docente, coordenador de pesquisa e diretor de ensino, pesquisa e extensão, exercida desde 2011, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS, permite ao pesquisador elaborar ações que proporcionem aos moradores da fronteira Brasil-Bolívia capacitação profissional, valendo-se da infraestrutura do Instituto Federal.

Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa é: “Apresentar ao IFMS as potencialidades e demandas da fronteira Brasil-Bolívia por cursos técnicos profissionalizantes com certificação binacional, inserindo a temática internacionalização no Plano de Desenvolvimento Institucional do Campus Corumbá”. Para tanto, os objetivos específicos são: 1) elencar as áreas de conhecimento para oferta de capacitação profissional, 2) reconhecer a potencialidade da Instituição Educacional em atender a demanda local. 3) propor a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos envolvidos com vistas a inserção de unidades curriculares que atendam às necessidades dos países envolvidos.

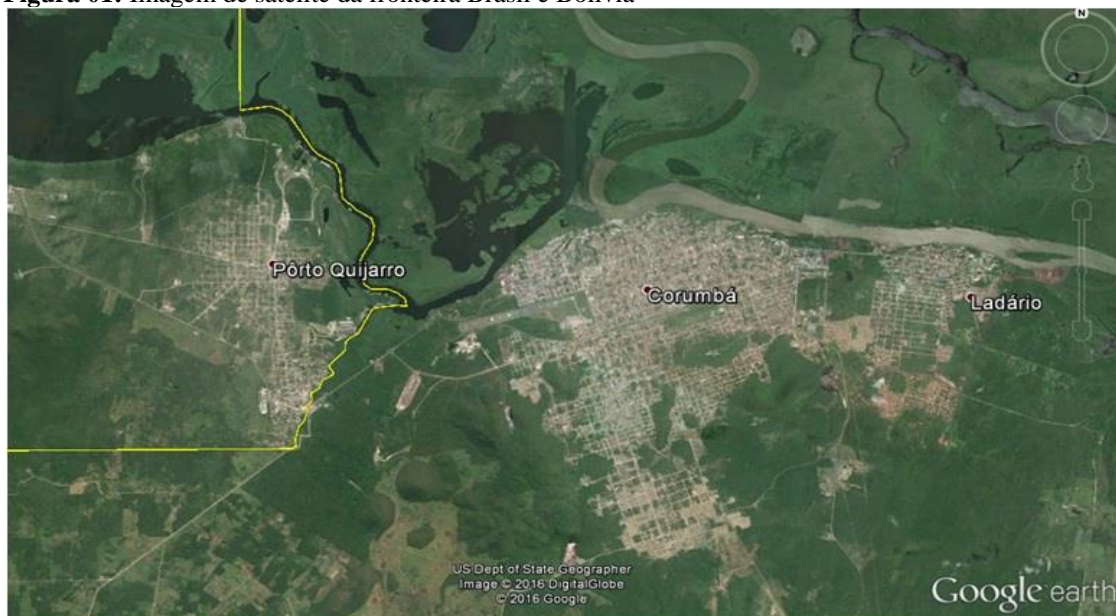
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul – Campus Corumbá – IFMS/CB avalia e reestrutura os Cursos Técnicos e o Plano de Desenvolvimento Institucional em cada quadriênio. O documento (em anexo) apontando as diretrizes a serem seguidas para implantar cursos fronteiriços, produto dessa pesquisa, terá o embasamento teórico para passar pela análise dos órgãos competentes da Instituição e ser implantado no próximo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2024 - 2028).

A cidade de Corumbá, delimitação espacial da dissertação, estrategicamente situada à margem esquerda do Rio Paraguai, na fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Bolívia, é considerada como a principal e mais importante zona urbana do Pantanal Sul Mato-Grossense, além de localizar em uma conurbação de Corumbá com Ladário e as cidades bolivianas de Puerto Suarez e Puerto Quijarro (Figura 01) formando uma rede urbana com mais de 150.000

pessoas, segundo dados do IBGE, permitindo pensar em estratégias de desenvolvimento a serem executadas pelos países envolvidos.

Não se pode pensar em ações e políticas da faixa de fronteira sem o envolvimento dos países vizinhos, já que o desenvolvimento em um lado da fronteira está intrinsecamente relacionado com o que acontece do outro lado dela (BARROSO, 2013, p. 06).

Figura 01: Imagem de satélite da fronteira Brasil e Bolívia



Fonte: Google Earth. Image © 2014 DigitalGlobe.

No Brasil, a iniciativa de um projeto envolvendo estados fronteiriços começou em 2005, através do Projeto Escola Cultural Bilíngue de Fronteira – PEIBF, oriundo da política linguística do governo brasileiro estendida aos países vizinhos como forma de consolidar a integração do Mercosul, pensando em zonas de fronteira com espaço dinâmico de cooperação e agregação constantes. Uma ação bilateral entre o Brasil e a Argentina objetivava a integração entre estudantes e professores brasileiros e argentinos. Convém destacar o contexto desfavorável, à Bolívia por não pertencer ao Mercosul a política não a contempla.

As ações supracitadas eram promovidas em comum acordo entre os docentes das Instituições, os quais estabeleciam as estratégias a serem abordadas para o desenvolvimento do ensino em língua estrangeira. Cabe ressaltar que não se trata do ensino “de” língua estrangeira, mas o ensino “em” língua estrangeira, onde os docentes de um país ministravam conteúdos no outro país, em períodos pré-definidos promovendo a integração na região de fronteira, caracterizando as primeiras iniciativas de formação escolar envolvendo países vizinhos. Tal fato colabora para o surgimento de Instituições interessadas em contribuir para o ensino na região fronteira de modo compartilhado, dentre estas pode-se destacar as escolas técnicas

distribuídas em todo o território nacional, inclusive em região de fronteira, que se tornariam os atuais Institutos Federais.

Diante do contexto de atendimento às demandas sociais e peculiaridades fronteiriças, observa-se uma relação no mínimo contraditória, a região apresenta elevado potencial de desenvolvimento local permitindo oportunidade de geração de emprego nas diversas áreas. No entanto, existe um fluxo migratório de profissionais para serviços que não exigem qualificação profissional.

Por isso, a proposta da pesquisa vai além de uma ação pontual e temporária de intercâmbio, estendendo-se para a formação continuada e abrangente de docentes, corroborando com a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos com vistas a propor alterações que permitam tal formação.

Os cursos do IFMS-CB podem atender tantos brasileiros, quanto bolivianos que diariamente cruzam a fronteira para estudar e trabalhar.

As discussões teóricas durante os estudos no Mestrado em Estudos Fronteiriços permitiram compreender a fronteira para além do espaço geográfico, porque a “Fronteira não é uma linha, a fronteira é um dos elementos da comunicação biossocial que assume uma função reguladora. Ela é a compreensão de um equilíbrio dinâmico que não se encontra somente no sistema territorial, mas em todo sistema biossocial” (Rafestin, 2006).

Diante desse contexto, a fronteira será abordada nessa dissertação como espaço de integração entre culturas com vistas à promoção do desenvolvimento humano e social, por intermédio da educação de qualidade, com perfil técnico e tecnológico, apropriando-se das características produtivas locais para oferta de cursos que atendam a demanda e possam capacitar jovens brasileiros e bolivianos e, assim, contribuir com o desenvolvimento local.

A relação entre classes sociais remete a dinâmica da fronteira Brasil-Bolívia na região de Corumbá, onde é possível observar a presença de jovens brasileiros e bolivianos exercendo funções no mercado de trabalho informal e carentes de formação técnica profissional. Algo que merece atenção de agentes públicos tendo em vista o desenvolvimento sócio econômico local. Para Machado & Steiman (2002, p. 9) “[...] mesmo com a ausência de uma legislação específica, não é impossível a atuação empreendedora de políticas locais voltadas para o bem-estar da região fronteiriça”.

Nesta dissertação, entende-se por desenvolvimento local um conjunto de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de um determinado território, a partir da formação de uma rede de pessoas de diferentes países, constituindo uma

“nacionalidade” específica da fronteira, convergindo para um alinhamento, com vistas ao desenvolvimento integral da região.

As categorias fronteira, educação e desenvolvimento local, permearão os caminhos de análise e compreensão dos estudos propostos, tendo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia uma referência para inserir no Plano de Desenvolvimento Institucional, a particularidade dos Campus de fronteira com uma dinâmica pedagógica e estrutural diferenciada.

Nesse sentido, é importante pensar a educação de fronteira sem reproduzir no processo de ensino-aprendizagem os limites geográficos oriundos dos processos históricos de colonização, porque a linha que delimita uma fronteira não pode delimitar o conhecimento do fronteiriço, tão pouco ser compreendida como uma educação convencional.

Os estudos para a viabilização da oferta de cursos técnicos profissionalizantes terá, na interdisciplinaridade, a fonte de análise de uma educação em constante modificação e integração, deixando de lado conceitos pré-formatados de um processo educacional estático vinculado às concepções imutáveis, universais.

O primeiro passo para a aquisição conceitual interdisciplinar seria o abandono das posições acadêmicas prepotentes, unidirecionais, e não rigorosas que fatalmente são restritivas, primitivas e ‘tacanhas’, impeditivas de aberturas novas, camisas-de-força que acabam por restringir alguns olhares, taxando-os de menores. Necessitamos, para isso, exercitar nossa vontade para um olhar mais comprometido e atento às práticas pedagógicas rotineiras menos pretensiosas e arrogantes em que a educação exerce com competência. (FAZENDA, 2008, p. 13).

A qualificação profissional, necessariamente, promoverá o desenvolvimento econômico e social da região fronteiriça, porque, segundo Solow (1956), “[...] o desempenho de uma economia deriva, entre outros aspectos, de sua capacidade tecnológica, isto é, de como o sistema produtivo se aperfeiçoa.

Assim sendo, a atenção às minúcias do projeto se justifica por dois motivos, enquanto observador participante¹, foi possível perceber o entusiasmo de docentes da área de Metalurgia ao participarem de Congressos do setor na Bolívia, assim como o empenho em mobilizar estudantes do IFMS para participar dos eventos realizados no outro lado da fronteira, a despeito dos obstáculos burocráticos para promover uma ação de cooperação. Além das tratativas com

¹ Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida (BOSI, 2001, p. 38).

profissionais bolivianos que demonstraram igual interesse em estabelecer contatos nas diversas esferas educacionais promovidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

No entanto, os entraves burocráticos não impediram a mobilização no intuito de pleitear junto aos dirigentes institucionais mecanismos de viabilização da parceria entre os dois países no âmbito de oferta de cursos e capacitações relacionados aos setores de interesse.

O segundo motivo é que o Instituto Federal se encontra em fase de implantação no estado (LEI nº 11.892, 29/12/2008) e a tendência de inserção de estudantes estrangeiros oriundos dos municípios de fronteira, como Corumbá e Ponta Porã, será crescente, demandando uma política educacional que contemple a todos, independentemente da nacionalidade, considerando que, futuramente, trará benefícios para os países envolvidos no desenvolvimento de acordos de cooperação nos diversos setores da economia.

A compreensão de formação do espaço fronteiriço, bem como a evolução das relações econômicas, sociais e educacionais resultantes do processo de globalização, está respaldada por outras ciências, tais como: a Sociologia, a Economia, a Geografia, a História e a Antropologia; sustentadas teoricamente por autores como: Santos (2001, 2008, 2010), Almeida (2012), Borba (2013), Fazenda (2008).

Essa dissertação está dividida em três capítulos, o primeiro aborda a trajetória da educação profissional no país, o segundo apresenta o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia na fronteira Brasil – Bolívia e o último capítulo analisa as tendências geradas pela implantação de uma escola pública técnica profissional na região fronteiriça a partir dos dados coletados durante o trabalho de campo.

METODOLOGIA

A pesquisa está inserida em um contexto fronteiriço interdisciplinar, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da UFMS/Campus do Pantanal, fazendo parte da linha de pesquisa “Desenvolvimento, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente”.

Foram utilizados elementos do método de aplicação de pesquisa analisados qualitativamente à luz dos Estudos Fronteiriços. Constituindo uma trajetória iniciada com revisão bibliográfica, perpassando pela observação, levantamento de dados, registros fotográficos e entrevistas estruturadas.

A compreensão de fronteira como espaço de desenvolvimento dotado de características humanas e econômicas em constante interação, acontecerá por intermédio da pesquisa bibliográfica, ferramenta metodológica utilizada também para apurar informações sobre a política educacional planejada e executada na região.

As categorias de análise educação e desenvolvimento local, bem como os documentos que constam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos parâmetros internos de cada Instituto Federal sobre as informações legais relacionadas ao tema da pesquisa, subsidiarão os caminhos metodológicos.

A atuação do autor, enquanto observador participante auxiliará nos levantamentos das ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul. A experiência como membro da Instituição embasará os questionamentos sobre a atuação da mesma no processo de desenvolvimento local apoiado na oferta de Cursos Técnicos de cunho binacional, onde será possível observar a expertise da Instituição e a demanda por qualificação profissional para a fronteira Brasil – Bolívia, precisamente no entorno Corumbá – Puerto Quijarro. Segundo Pacheco (2011):

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho - ciência - tecnologia – cultura, na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades. As novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio - históricos. A ciência deve estar a serviço do homem e a comunicação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso.

O marco teórico de início aos procedimentos metodológicos supracitados remete aos documentos da expansão da Rede Federal no Brasil e conseqüente implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Corumbá, no ano de 2011.

Observa-se ainda nos documentos institucionais (Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMS - PDI, Plano de Desenvolvimento do Campus - PDC, Projeto Político

Pedagógico dos Cursos - PPC) a carência de ações voltadas para o atendimento da população de fronteira, que cruzam diariamente de um país para o outro em busca de emprego, educação e saúde.

A Rede Federal, por sua excelência e vínculos com a sociedade produtiva, tem condições de protagonizar um Projeto Político - Pedagógico inovador, progressista e capaz de construir novos sujeitos históricos, capazes de se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível (PACHECO, 2010, p.11).

A análise do arranjo produtivo local alinhado à oferta de cursos profissionalizantes específicos torna-se um caminho viável para o desenvolvimento econômico e social da região, destacando, sobremaneira, a especificidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em atender à população com dificuldade de acesso ao ensino público de qualidade com vistas a formação técnica e tecnológica.

Por outro lado, é necessário verificar o posicionamento do principal agente desse processo, o público alvo da pesquisa: os/as estudantes aptos a ingressarem no Ensino Médio brasileiro. A escola e os educadores têm o desafio de compreender o “ser jovem” no contexto de transformações sociais contemporâneas e da multiplicidade de caminhos existentes para a vivência do tempo de juventude (MEC, 2013, p.21).

Para a consolidação da proposta metodológica, foi realizado um trabalho de campo na *Escuela de La Frontera*, uma Instituição Públicas boliviana que atende estudantes de baixa rendas, com faixa etária entre 10 e 18 anos, correspondente ao Ensino Fundamental e Médio da educação brasileira. A escola localiza-se a cerca de 1 km da fronteira, possui infraestrutura deficitária de sala de aula, mobiliário e espaço físico. As aulas são ministradas por docentes bolivianos com turmas entre 20 a 25 alunos.

Um ponto a ser observado é o interesse dos estudantes da fronteira por cursos técnicos profissionalizantes. Para tanto, foi proferida uma palestra aos estudantes da *Escuela de La Frontera* para apresentar o Instituto Federal, os cursos oferecidos e as áreas de atuação dos egressos.

Na oportunidade foi aplicado um questionário fechado, abordando questões como o interesse em estudar no Brasil gratuitamente; o curso de interesse, dentre outras questões.

A pesquisa aponta as potencialidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Corumbá, uma escola técnica com princípios pautados no desenvolvimento humano e, conseqüentemente, de toda uma comunidade, com a prerrogativa de promover a formação técnica aos estudantes, gerando mão de obra qualificada para

contribuir com o desenvolvimento econômico da região, cuja dinâmica se apresenta em um cenário de variadas atividades econômicas, sociais, políticas e culturais.

Gás, minério, turismo, exportação e reexportação aludem um vai e vem de barcos e barcaças no rio, acenam com um transbordo de passageiros terrestres nos taxis adaptados, nas diversas linhas de coletivos intermunicipal, interestadual e internacional, um formigueiro de veículos (carros, motos e similares) que passa e repassa a fronteira comprando e vendendo roupas, verduras, brinquedos, bebidas, fraldas, serviços desorientando o trânsito e cosmopolizando passeios, praças e feiras deixando atordoado qualquer observador, sem fôlego o leitor e sem regras e sem respeito gramatical qualquer relator (OLIVEIRA, T.C.M. & ESSELIN, P. M, 2015, p. 03).

Há de se destacar que uma escola técnica da fronteira com os princípios já elencados e com as potencialidades destacadas nessa pesquisa, naturalmente atenderá os estudantes bolivianos, promovendo o acesso, a permanência e o êxito profissional, baseado em uma política institucional contendo mecanismos previamente definidos como os apontados nesta dissertação, estruturada em três capítulos.

1. PRECEDENTES HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Para entender os aspectos de criação da educação profissional é necessário analisar certos pontos da trajetória do sistema capitalista em relação a organização econômica e a social que precede a revolução capitalista, permitindo compreender a transição entre os tipos de sociedade da comunidade global. Marx (1977) aponta em definição clássica a divisão da história em duas grandes revoluções: a primeira com a invenção da agricultura (século XII a. C) onde nômades passam a ser agricultores, gerando excedente econômico, surgindo assim, os grandes Impérios e Civilizações da Antiguidade. A segunda com a Revolução Capitalista dividida em fase Pré-capitalista, abrangendo os impérios antigos escravistas, o feudalismo e as sociedades aristocráticas absolutistas, e a fase capitalista, iniciada no século XIV até o século XVIII, com a formação do Estado-Nação e a Revolução Industrial.

O acúmulo de capital é uma das características fundamentais do processo de desenvolvimento capitalista. Devido ao excesso de produção, a revolução comercial e, conseqüentemente, a industrial (em sua primeira fase) provoca uma série de mudanças de ordem econômica e social. Convém destacar que o primeiro impacto é provocado no setor têxtil, passando a ser mecanizado, alavancando a produção e gerando maior capacidade aos países envolvidos no processo. Essa mecanização promoveu alterações também nas relações humanas, definindo com muita clareza, o papel do patrão (detentor dos meios de produção) e do trabalhador/empregado, detentor da força de trabalho.

Nesse contexto, convém ressaltar a importância dada pelo governo francês na fase de consolidação do sistema econômico fabril e a conseqüente necessidade de mão de obra qualificada.

O desenvolvimento econômico está associado a produção em larga escala e de qualidade, o que gera, dessa forma, a necessidade de qualificação de mão de obra. Tal aspecto foi observado por diversos países, onde marca o início de um processo de reconhecimento e implementação pelos países avançados econômico, social e industrialmente, do ensino profissionalizante para atender às novas exigências e competências produtivas e tecnológicas demandadas pela competição e modernização, ou seja, é fundamental capacitar tecnicamente os recursos humanos disponíveis para garantir competitividade.

Tal modelo não foi seguido pelo Brasil no período da Revolução Industrial ocorrido na Europa, onde as relações de trabalho baseadas na escravatura definiram a sociedade capitalista sob a égide de uma massa de trabalhadores sem propriedades e meios de produção, justificando a não necessidade de uma classe trabalhadora dotada de conhecimento para gerir

os meios de produção. O ensino era restrito aos filhos dos senhores de engenho, burguesia e nobreza. Como destaca Ferreira (2010):

O padrão elitista da educação brasileira do século XIX era aquele que se materializava na figura do senhor de terras e de escravos, ou seja, depois da escolaridade primária, seus filhos frequentavam o Colégio D. Pedro II, fundado em 1837, ou realizavam os exames parcelados do bacharelado secundário e, depois, ingressavam no curso de Direito ou de Medicina. Tinham uma formação muito mais bacharelesca, fundada numa retórica de cunho humanístico, que propriamente profissional (FERREIRA, 2010, p.18).

Tanto o Brasil quanto a Europa no período imediato ao pós-Revolução Industrial convergem em um sentido: a consolidação do sistema capitalista industrial, onde as relações entre classes serão baseadas pela exclusão de uma maioria em detrimento de uma minoria através da educação, com destaque para a educação profissional responsável pela qualificação da minoria atuante no controle dos meios de produção.

A trajetória da educação brasileira atravessa fases distintas: a Reforma Pombalina (1759) quando os jesuítas são expulsos; a Proclamação da Independência, onde são criadas as escolas técnicas de comércio, agricultura e o Liceu de Artes e Ofícios; a libertação dos escravos e Proclamação da República, onde fica evidente a descentralização do ensino, com o Estado respondendo pelo ensino superior e as províncias pelo ensino primário e secundário.

No início da República as competências oscilavam entre o Ministério da Justiça e dos Negócios (respondendo pelo ensino secundário, normal e superior) e o Ministério da Agricultura (respondendo pelo ensino profissional), evidenciando a atuação de um lado educacional e por outro lado meramente assistencial, apesar de perceptível a necessidade da formação de trabalhadores para ocupação de novos postos de trabalho no intuito de atender as demandas do crescente processo de industrialização.

Como herança do período de escravidão o Brasil carrega uma considerável barreira entre a educação profissional e o ensino normal e superior, onde se pensava a educação profissional para as classes menos favorecidas e as demais modalidades reservadas àqueles que detinham o domínio econômico (ensino secundário normal e superior).

No entanto, no início do século XX, passou a considerar como condições básicas para o exercício da cidadania a educação, a saúde, o bem-estar econômico e a profissionalização.

A década de 1980 apresenta um cenário no mundo do trabalho influenciado pelas novas formas de organização, oriundas do processo de globalização, exigindo profissionais polivalentes, capazes de interagir com novas situações e em constante mutação, refletida pelas exigências do mercado, figurando que o mercado oscila entre os períodos de formação básica aos não-qualificados e aprimoramento para aqueles já qualificados. O momento exige que as

empresas passem a recrutar trabalhadores cada vez mais qualificados, com competências voltadas a inovação, tecnologias de informação, criatividade, habilidade para trabalho em equipe, dentre outras.

Nesse sentido, a educação profissional se desdobra como um elemento estratégico para o desenvolvimento local, possibilitando à/ao egresso/a acesso ao mercado de trabalho.

O cenário que se configura aponta a tendência da educação no século XXI atuando na formação do estudante com perspectiva para atender as demandas da sociedade mundializada, com formação baseada em uma série de habilidades e competências que impeçam as pessoas de ficarem presas aos conhecimentos gerais, comum a todos, mas que busquem o aperfeiçoamento contínuo, conforme destaca o documento da UNESCO (2001b, p.12):

A educação deverá se basear em quatro pilares para garantir sua missão, permitindo que o indivíduo possa: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos de compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra três precedentes.

O processo educativo é necessário para o desenvolvimento de uma comunidade, no entanto precisa acompanhar a evolução social, atendendo as demandas oriundas do processo de desenvolvimento.

A educação é um fenômeno social. Isso significa que ela é parte integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade. Na sociedade brasileira atual, a estrutura social se apresenta dividida em classes e grupos sociais com interesses distintos e antagônicos; esse fato repercute tanto na organização econômica e política quanto na prática educativa. Assim, as finalidades e os meios da educação subordinam-se à estrutura dinâmica das relações entre as classes sociais, ou seja, são socialmente determinados (LIBÂNEO, 2008, p.17).

O sistema educacional brasileiro consolidado sob a égide da chamada homogeneidade, não apresenta especificamente as particularidades relacionadas às escolas situadas na fronteira. Segundo o Ministério da Educação são 9.000 escolas na fronteira com os países do Mercosul, com 3.012.742 alunos, compreendendo uma faixa de fronteira com 150 km de largura ao longo de 15.719 km de fronteira terrestre, agregando 588 municípios de 11 unidades da Federação.

Nos currículos, nos parâmetros e nas diretrizes das escolas técnicas situadas na fronteira, são insipientes as referências à educação fronteiriça, com exceção do IFSul-riograndense. Tais escolas, embora geograficamente próximas, são distantes pedagogicamente, pois não apresentam nos projetos pedagógicos institucionais metas específicas para atender a particularidade das fronteiras, como, por exemplo, cultura, história e língua estrangeira.

Convém observar as diretrizes educacionais à luz do ensino técnico e tecnológico, onde se destaca a temática da interdisciplinaridade apontando que a prática desta modalidade não coaduna com a fragmentação do ensino com disciplinas desintegradas entre si, sendo que tal modalidade deve se aproximar do mercado de trabalho utilizando como ferramenta a prática interdisciplinar.

Tal organização curricular enseja a interdisciplinaridade, evitando-se a segmentação, uma vez que o indivíduo atua integradamente no desempenho profissional. Assim, somente se justifica o desenvolvimento de um dado conteúdo quando este contribui diretamente para o desenvolvimento de uma competência profissional. Os conhecimentos não são mais apresentados como simples unidades isoladas de saberes, uma vez que estes se inter-relacionam, contrastam, complementam, ampliam e influem uns nos outros. Disciplinas são meros recortes do conhecimento, organizados de forma didática e que apresentam aspectos comuns em termos de bases científicas, tecnológicas e instrumentais (BRASIL, 2002, p. 30).

Obviamente não se consegue uma educação integradora, apenas com medidas pedagógicas e planejamento anual curricular, mas, sobretudo, com lutas, resistências, solidariedade, políticas públicas e pesquisas na área (PEREIRA, 2009). São muitos os desafios a serem superados quando se pensa na educação de fronteira, no entanto o embasamento está no discernimento de que o espaço fronteiriço tem características peculiares que o difere de outras regiões do país.

A escola de fronteira tem também o desafio de vencer os preconceitos em torno do ‘dogma da soberania’, ou seja, é preciso compreender a complexidade e a ambiguidade dessa região que não pode ter um programa de ensino unificado com o resto do país, ela tem que desenvolver propostas pedagógicas que privilegiem o reconhecimento da cultura de fronteira (RIBEIRO, 2011, p. 29).

Percebe-se que em um Estado mais desenvolvido, a movimentação de profissionais qualificados é direcionada para o interior, onde, via de regra, se concentram as grandes indústrias e os melhores salários, ficando a região de fronteira com trabalhadores diaristas ou sazonais, sem qualificação ou semiquualificados, prejudicando, de certa maneira, o desenvolvimento das cidades situadas nas fronteiras.

Os regulamentos que orientam as relações transfronteiras são desconhecidos pelos fronteiriços. Nota-se uma rotina de trabalhadores informais envolvidos em atividades de baixa qualificação, favorecendo ao uso abusivo de mão de obra por empresários de ambos países, evidenciando a necessidade de criação de políticas de qualificação técnica e profissional para garantir aos trabalhadores acesso ao emprego, promovendo o desenvolvimento local.

Há de se pensar na necessidade de regulação e organização nas relações de fronteira, promovendo a valorização do capital humano e material ali existentes, referendados em acordos de cooperação mútua.

O desenvolvimento também requer o crescimento dos níveis de cooperação e confiança entre as pessoas, aquilo que se convencionou chamar de ‘capital social’. Não é possível existir desenvolvimento sem organização, participação e empoderamento das pessoas. Mas isso não vai acontecer se não houver confiança e cooperação, se não se construírem redes de solidariedade e de ajuda mútua. (PAULA & JUAREZ, 2008, p. 07).

As ações para o desenvolvimento social não devem ser tomadas isoladamente pelas Instituições públicas e privadas, mas em conjunto, considerando as particularidades e respectivas áreas de atuação. Como, por exemplo, a fronteira Brasil-Bolívia, que no cenário educacional conta com Universidades Estadual, Federal e privadas. Na fronteira Corumbá-Puerto Quijarro o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia *Campus* Corumbá é a única Instituição Pública Federal a oferecer educação profissional integrada à formação acadêmica para jovens que tenham concluído o ensino fundamental II, ou etapa equivalente, alinhada à pesquisa com enfoque aos arranjos produtivos locais.

Sendo assim, é necessário a implementação de mecanismos que permitam a ampliação da atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia para fomentar, ainda mais, a formação de mão de obra qualificada e, assim, atender as demandas locais e aumentar a área de abrangência.

1.1 Breve contextualização histórica do Instituto Federal de Educação.

As escolas técnicas são oriundas da assinatura de um decreto de 23 de setembro de 1909, quando o então presidente do Brasil, Nilo Peçanha, instituiu as Escolas de Aprendizes e Artífices, justificando tal criação pela necessidade de oferecer profissionalização aos jovens, tirando-os do vício, do ócio e da criminalidade. As escolas seguindo a trajetória de promover a cidadania, passaram a contar com Ginásios Industriais, Escolas Técnicas e Centros Federais, até alcançarem a condição de Institutos Federais.

O Instituto Federal de Educação é uma Instituição de Educação Superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, baseada na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica, com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de

geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

O Campus Corumbá do IFMS inaugurou em janeiro de 2018, o Laboratório de Informação e Comunicação, com equipamentos de última geração e o Laboratório de Processos Metalúrgicos, instalados em ambientes amplos, projetados para atender a demanda crescente dos estudantes matriculados na Instituição. A figura 02 apresenta a fachada do IFMS em Corumbá.

Figura 02: Fachada IFMS - Corumbá



Fonte: Acervo IFMS – Corumbá 2018.

No setor de Metalurgia encontra-se um laboratório (Figura 03), com equipamentos que permitem aos estudantes, tanto do ensino médio quanto de pós-graduação *stricto-sensu*, vivenciarem na prática as teorias trabalhadas em sala de aula, contando com espaço físico para atender estudantes da região, bem como, estudantes visitantes do país vizinho.

Atualmente na área de Metalurgia, profissionais brasileiros e bolivianos trocam ideias a respeito de acordos bilaterais entre as Instituições, com vistas a promover o intercâmbio estudantil para que estudantes de ambos os países se beneficiem do potencial intelectual dos docentes envolvidos e façam uso dos laboratórios.

Figura 03: Laboratório de Metalurgia



Fonte: Acervo IFMS – Corumbá. 2018.

O setor de Informática pode compartilhar a experiência de Institutos Federais situados na região sul, que atua em parceria com o Uruguai na oferta de curso de informática semipresenciais, onde os estudantes têm aulas com docentes de ambos os lados e executam as atividades via internet. Destaque aqui a atuação do IFSUL-riograndense que desde 2010 mantém parceria com a Escola Técnica de Rivera/UY, sendo referência para os demais Institutos Federais nas relações entre escolas situadas na faixa de fronteira.

No Brasil, as aulas são no Instituto e no Uruguai, no Câmpus da Universidade do Trabalho do Uruguai - UTU. As turmas são formadas por 50% de alunos brasileiros e 50% uruguaios. Os cursos binacionais do IFSul/UTU acontecem nas cidades brasileiras de Santana do Livramento e Jaguarão, bem como nos municípios uruguaios de Rio Branco e Rivera.

A figura 04 mostra as instalações do Laboratório de Informação e Comunicação.

Figura 04: Laboratório de Informação e Comunicação



Fonte: Acervo IFMS – Corumbá 2018

O Instituto Federal Campus Corumbá está consolidado na oferta de cursos de curta duração, denominados Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC nas áreas de Manutenção e Suporte de Computadores, Desenvolvimento Web, Solda, Higiene e Segurança do Trabalho, Espanhol e Inglês, Agente Cultural entre outros, promovidos a partir da solicitação de entidades como a Prefeitura Municipal de Corumbá por intermédio da Secretaria de Educação e da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, a Prefeitura de Ladário, a Marinha do Brasil, a Polícia Militar e o Moinho Cultural².

Não obstante a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia surge como viés de qualificação profissional, cuja formatação primária remete a oferta de cursos técnicos que se apropriam do arranjo produtivo local.

Uma proposta envolvendo a oferta de cursos técnicos profissionalizantes vai ao encontro dos objetivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e

² Convém destacar a atuação do Instituto Moinho Cultural Sul-Americano – IMC, instituição não governamental, sem fins lucrativos, que tem como missão a diminuição da vulnerabilidade de crianças e adolescentes em região de fronteira através do acesso a bens culturais e conhecimento tecnológico.

Tecnologia. No artigo 6º, inciso I, está definida como primeira finalidade dos Institutos Federais a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, tendo em vista a formação e qualificação de cidadãos para atuação profissional nos mais diversos setores da economia (BRASIL, 2008).

É preciso conhecer a demanda local, a forma do ingresso do aluno e como os modelos de acordos vigentes em outras fronteiras do país estão elaborados, para implementar um projeto de atendimento às necessidades regionais.

Dentre as especificidades fronteiriças, a língua estrangeira se desponta como um fator de entrave tanto para docentes, quanto para discentes. Nesse sentido, urge a necessidade de prever na proposta de Internacionalização no Plano de Desenvolvimento Institucional, a capacitação em língua espanhola para os docentes envolvidos nos cursos que demandam certificação binacional, além de apoio pedagógico na elaboração de material didático e estruturação dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso.

Considerando que todas as alterações precisam estar contempladas no Plano de Desenvolvimento Institucional, o tema Internacionalização, será recomendado como o resultado da pesquisa para discussão, análise, inserção no projeto pedagógico e, conseqüentemente, certificação binacional reconhecida pelos órgãos competentes.

Sendo assim, uma proposta educacional que envolva escolas de fronteira deve estar pautada na heterogeneidade da população constituinte; isso envolve uma série de fatores, tais como, formação de professores, disponibilidade orçamentária para aquisição de equipamentos de alta tecnologia, ementário diferenciado (visando atender simultaneamente ambos os países, no caso de intercâmbio) e espaço para reflexões que levem ao consenso entre os profissionais envolvidos, respeitando a especificidade das culturas que compõem um educandário nestas condições.

O grande desafio da escola na fronteira é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola como local de diálogo, de convivência, é espaço privilegiado para o reconhecimento e respeito aos valores culturais que são valores universais, e as questões da diversidade cultural ao serem tratadas como ética universal possibilitam um trabalho ético na educação (PEREIRA, 2009, p. 62).

A garantia de ações relacionadas à Internacionalização promovidas pelo Instituto Federal Sul Rio-Grandense está apontada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2019; na meta 3.3, destaca: Alocar, no mínimo, 2,5% da matriz orçamentária do IFSul para ações de mobilidade internacional (PDI – 2014 -2019/ IFSUL). Isso referenda a necessidade da

existência de orçamento para aquisição de equipamentos, realização de visitas e outras ações relacionadas às necessidades de manutenção da política institucional de integração fronteiriça.

As carreiras binacionais são elaboradas para o desenvolvimento produtivo local e contribuem com um novo conceito de interação para além das fronteiras.

Desenhamos os conteúdos e colocamos idiomas para que uma vez titulados eles possam exercer bem a profissão em ambos os países. São carreiras terciárias que potencializam a região da fronteira e anulam a ideia de limites territoriais, o que faz unir os povos (Sandra Garate, diretora do Campus Regional Noroeste – UTU).

Outrossim, destaca-se o ato de ensinar como um real comprometimento do educador em construir o conhecimento atravessando fronteiras, baseando-se na experiência do educando e transpondo os limites da sala de aula, contando com o envolvimento de uma equipe de profissionais com visão educacional voltada para além das linhas demarcatórias de fronteira.

1.2 Educação Profissional como promoção do desenvolvimento local

Em se tratando de desenvolvimento local há de se destacar o avanço das Micro e Pequenas Empresas no cenário econômico brasileiro nos últimos dez anos, sendo caracterizadas como grandes responsáveis pela geração de emprego e renda. Nesse contexto, visualiza-se a figura do Microempreendedor Individual – MEI que, com a criação da Lei Nacional 128/2008, passou a formalizar os pequenos negócios, exercendo suas atividades de forma legal, com direito a tratamento diferenciado por parte dos governos Municipal, Estadual e Federal.

Na cidade de Corumbá, segundo dados da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Produção Rural e Portal do Empreendedor, em 2016 havia 2.986 empresas na modalidade MEI, distribuídos da seguinte forma: 59,34% trabalhando em estabelecimento fixo; 26,01% em atividades porta a porta, 5,66% vendendo produtos pela Internet; 5,53% em local fixo fora da loja; 1,63% Televendas; 1,27% pelos Correios, e 0,57% em Máquinas Automáticas. O considerável número de pequenos empreendimentos sinaliza que a população corumbaense conhece e possui mecanismos para o desenvolvimento do setor, por outro lado observa-se a presença de moradores do lado boliviano carentes de instrução para que, de igual modo, possam expandir a quantidade de micro empreendimentos na faixa de fronteira.

Vale ressaltar que o município de Corumbá, juntamente com Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suarez (Bolívia), compõem a Zona de Fronteira Bolívia/Brasil, no Estado de Mato Grosso do Sul, uma região de grande fluxo de pessoas e mercadorias, sendo notório a presença de comerciantes bolivianos na região influenciando na movimentação comercial e impactando diretamente o desenvolvimento local.

As cidades que compõem a Zona de Fronteira são caracterizadas por intercâmbios materiais e imateriais que exigem ser regulados por políticas específicas nas áreas de educação, saúde, segurança, meio ambiente, lazer e, sobretudo, no comércio. A consecução dessas políticas pode vir a contribuir com os projetos relacionados ao processo de integração econômica, política e social entre Brasil e Bolívia (FERNANDES, 2014, p. 20).

Uma área fronteira sempre está sujeita a conflitos e contradições das mais diferentes espécies; proposições de políticas públicas bilaterais podem evitar divergências entre diversos setores bolivianos e brasileiros estabelecidos na região de fronteira, como, por exemplo, as provocadas no setor comercial, onde, de um lado cidadãos bolivianos atuam no território brasileiro e de outro, comerciantes brasileiros incomodados pela concorrência irregular. Daí a importância do diálogo entre os órgãos públicos da Zona de Fronteira a fim de implantar normas que possibilitem condições simétricas em relação ao trabalho na região.

Nesse sentido, a formalização/legalização do trabalho e a capacitação profissional podem melhorar as relações conflituosas existentes, transformando-as na mais harmoniosa possível, respeitando as particularidades de cada cultura e de cada empreendimento, refletindo sobre o desenvolvimento local. Sobre o tema Ávila (2000) assevera:

O Desenvolvimento Local se é um processo que considera, respeita e aproveita as particularidades, a realidade (no sentido de complexidade dos contextos social, cultural e de meio ambiente) e as potencialidades (das pessoas e do meio) de cada comunidade/localidade, perfazendo o entendimento de que em relação a esses aspectos nunca uma comunidade/localidade é igual a outra (ÁVILA, 2000, p. 20).

As palavras do autor conduzem à compreensão sobre a eficácia de uma reflexão sobre o desenvolvimento local. Uma das linhas a ser seguida pela investigação se refere a capacitação técnica de mão de obra, oferecida de modo a atender as demandas locais, oriundas da implantação de novas empresas e novas relações de trabalho, a tendência é potencializar o arranjo produtivo local, gerando emprego e conseqüentemente promovendo o desenvolvimento local.

Pensar em desenvolvimento local está longe do estabelecimento de consensos, no entanto, é possível flexibilizar as ações ao estabelecer condicionantes viáveis de convergência de ideias, a partir da integração/cooperação de todos os sujeitos pertencentes ao cenário, seja na esfera econômica, política ou social, gerenciando os interesses com intuito de suprir as deficiências comuns.

No que tange o desenvolvimento do setor econômico é necessário seguir o caminho da qualificação profissional, permitindo às pessoas envolvidas o gerenciamento de todo o processo produtivo, desde a produção até a comercialização de produtos e serviços.

1.3 Capacitação profissional da fronteira Brasil-Bolívia

Pensar as relações sociais na região fronteiriça, implica analisar características históricas, econômicas e sociais relacionadas à construção do território. A história aponta diversas formas de ocupação espacial, o que implica em conceitos diversificados entre limites, como, por exemplo, povos que definiram as faixas de fronteira como estratégia para proteção de reinados, ou com o intuito de proteção de propriedade estatal. Dessa forma, o conceito de fronteira apresentado está relacionado como espaço de integração, observando as particularidades da população local. De acordo com Albuquerque (2010, p. 20) a definição de fronteira está intrinsecamente ligada ao conceito de Estado-Nação, que traz em seu bojo definições de migração, fronteiras internacionais, soberania, língua e território nacional.

Trata-se de um entendimento que mescla as definições oriundas do Estado-Nação com particularidades da vivência humana local. Entende-se, desse modo, que as ações praticadas no território nacional repercutem nas práticas vivenciadas na fronteira, fazendo-se necessária a análise do cenário fronteiriço, considerando os aspectos que envolvem todo o território.

Os atuais processos de globalização remetem o olhar para a fronteira através da dinâmica de integração, onde as populações ali residentes desenvolvem formas de sobrevivência peculiares, devido à localização periférica frente aos núcleos de controle estatal e do abandono promovido pelos líderes nacionais em relação a região, fazendo com que o espaço se torne um ambiente privilegiado de integração social, econômica e cultural.

Observa-se, entretanto, a construção da identidade fronteiriça dada a ocupação do espaço, pautada na busca de condições de sobrevivência, que transitam principalmente nos setores de serviços, saúde e educação. Nesse sentido, destaca Garcia (2012):

Não obstante, a própria identidade fronteiriça se dá na fronteira das identidades, no limite entre dois países, num lugar de troca, de encontro de alteridades. É na fronteira regional e geográfica que surge o ser fronteiriço, mas é na fronteira, no limite simbólico entre duas identidades nacionais, que surge a identidade fronteiriça. Ela se manifesta no encontro, embora os sujeitos, mesmo sendo fronteiriços, continuem a ser brasileiros ou paraguaios. Na fronteira, há uma troca de culturas e de signos culturais, tais como a comida e a música (GARCIA, 2012, p.56).

O setor de serviços é demarcado pela oferta e procura, conforme a instabilidade dos países situados na faixa de fronteira. As relações estão condicionadas às variações econômicas desses países, que vão sinalizar pela contratação de mão de obra mais barata e/ou menos qualificada. Dependendo do momento econômico haverá demanda temporária por trabalhadores diaristas ou sazonais, com qualificação ou semiquilificados, conduzindo ao trabalho informal, conseqüentemente, com salários defasados e sem resguardar os direitos trabalhistas.

Em se tratando do setor educacional as relações fronteiriças são determinadas pelo grau de desenvolvimento das cidades do entorno, direcionando a procura dos estudantes por determinados cursos e qualificações. Concomitantemente os processos burocráticos de reconhecimento de cursos, entraves relativos a atuação profissional e valores cobrados para a tramitação de documentos, são fatores a ser considerados, pois acabam por restringir o acesso a determinados cursos e ampliam o tempo de espera.

Desse modo, a educação profissionalizante se faz necessária como meio para proporcionar ao cidadão fronteiriço a atuação no mercado de trabalho, colaborando para o desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, destaca Salgado (1997):

As relações entre educação e trabalho assumem posições estratégicas e repletas de novos significados, pois a função da educação se torna mais importante na preparação da força de trabalho, uma vez que as habilidades requeridas do novo trabalhador são muito relacionadas com aquelas desenvolvidas na escola, isto é, responsabilidade, capacidade de abstração, de resolver problemas, de trabalhar com símbolos e compreensão de textos abstratos, entre outras (SALGADO, 1997, p. 87).

A educação profissional foi regulamentada no Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996) e pelo Decreto 5154, de 23 de julho de 2004, com objetivo de oferecer cursos de preparação para atuação no mercado de trabalho; em complemento a educação básica, a educação profissional presume a formação integral do cidadão.

Nesse contexto se insere a proposta de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que apresenta a educação para o trabalho na perspectiva inovadora de potencializar o ser humano, integralmente, no sentido de desenvolver a capacidade de gerar conhecimento a partir da interação com a realidade local.

Os Campi situados na faixa de fronteira necessitam de um planejamento estratégico diferenciado dos demais, para contemplar Projetos Políticos Pedagógicos de Cursos que permitam a formação técnica e profissional. A análise dos PPC's dos cursos oferecidos atualmente no IFMS/CB, tende a propor a inserção de condicionantes que permitam a oferta de cursos para a população do Brasil e da Bolívia. As ementas precisam atentar para a possibilidade de cursos voltados à temática fronteiriça, em aspectos que envolvam desenvolvimento econômico e empreendedorismo, pautadas em análise de demanda de capacitação profissional apontadas por órgãos responsáveis pelo monitoramento da área, como, por exemplo a Associação Comercial de Corumbá e o Consulado Boliviano.

Além disso, paralelamente, o IF atende a comunidade com cursos de curta duração, os chamados cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC's, regidos por editais específicos, projetados justamente para atender à necessidade local. Para implantação desses cursos, são verificados itens como: demanda, vínculo com os eixos técnicos da unidade, disponibilidade de corpo docente.

Para implantar os cursos FIC's é feito um levantamento das reivindicações, junto às Prefeituras, Consulados, Academias, dentre outros. Com as informações obtidas é possível um estudo de viabilidade institucional visando a garantia de todos os recursos humanos e materiais necessários para a execução da proposta.

Com relação a proposição de cursos técnicos integrados de longa e de curta duração, o contato será realizado entre instituições a fim de garantir a aplicação do intercâmbio. Contará ainda com visitas técnicas entre as organizações parceiras, para troca de experiências entre docentes e discentes, sempre preservando a segurança nacional e a propriedade intelectual dos países membros. Aos docentes caberá a elaboração de um plano de ação em conjunto para verificar as potencialidades dos estudantes e, concomitantemente, detectar as dificuldades pedagógicas a serem sanadas de modo a garantir a eficácia no processo ensino aprendizagem.

Uma proposta de capacitação profissional para a fronteira está intrinsecamente relacionada à perspectiva de desenvolvimento local, porque, por intermédio da educação, a economia pode gerar impactos positivos na promoção de renda. A expansão educacional é congruente com as demandas econômicas, exigindo do Estado o controle da oferta para atender as necessidades locais.

1.4 Os caminhos do ensino técnico no Brasil

Pensar a capacitação profissional implica em analisar os fatores que a justificam, sendo inevitável compreender o fenômeno da globalização, intimamente responsável pela promoção de qualificação de mão de obra, caracterizado pela alteração das concepções produtivas do capitalismo.

Trata-se do movimento gerador de um conceito de mercado global, não mais vinculado a uma região, limitada e com suas particularidades. Isso não significa ruptura com os mecanismos existentes até então, mas sim, um aprofundamento contínuo das relações de mercado vigentes. Porém, não é um ato equânime entre os países envolvidos, cada qual dentro de suas competências sofrerá (ou fará impor) suas características em um movimento constante.

A história do capitalismo se confunde com história da mundialização, fenômeno de larga duração, com fases de expansão e retração, ruptura e

reorientação. Que se inicia com o movimento mercantilista e movimenta-se em uma expansão planetária do modo de produção capitalista. A dinâmica imposta pela nova estrutura, consequência da competitividade globalizante, requer modernização do mercado de trabalho (IANNI, 1996, p. 14).

A ideia precípua de trabalho está relacionada à subsistência, onde famílias praticavam as atividades voltadas única e exclusivamente para a manutenção das mínimas condições de sobrevivência. Na linha sucessória, pode-se apontar a agricultura como marco inicial das relações trabalhistas entre famílias. A posse da terra orientada para a produção de subsistência, cria a figura do proprietário e, conseqüentemente, gera a situação de troca de mercadorias produzidas em excesso.

Posses, disputas e guerras por determinados territórios começam a traçar as relações de poder que, em seguida, definirão as ligações entre proprietários e servidores, dando início às primeiras conexões de emprego, onde o poderio econômico do patrão garante a execução do trabalho para manutenção da fonte de renda e acúmulo de capital, conseqüentemente, a localidade entre em período de ascensão econômica e social.

A ideia de desenvolvimento local passa pela indicação de diretrizes a serem seguidas pela comunidade para estimular o crescimento da região. A princípio, o gestor público precisa conhecer a realidade local e criar estratégias que envolvam os habitantes na promoção do bem-estar social e atendimento dos setores de educação, saúde e lazer.

No tocante à economia é essencial a atenção com o setor de geração de empregos, a partir de políticas públicas que entendam o comportamento do mundo do trabalho, percebam as especificidades regionais, os índices de emprego e desemprego, a escolaridade da população e o potencial produtivo, fatores que analisados conjuntamente poderão indicar os rumos a serem seguidos pelo gestor para promover o desenvolvimento local.

Sendo assim, a qualificação profissional é uma ação que contribuirá para o desenvolvimento local da fronteira Brasil-Bolívia, porque “[...] a busca de qualificação profissional deve estar alinhada com a oferta de cursos de qualificação que atendam às necessidades dos trabalhadores e estejam vinculados a políticas públicas que garantam a absorção desta mão-de-obra” (MOMM, 2004).

Na região de fronteira existe a prática de determinados serviços sem a devida organização, executados sem controle de estoque e de produção, demanda de produtos, registro fiscal, entre outros; justamente pelo fato de os profissionais não possuírem orientação técnica para a execução logística. A aparente (des) organização gera perdas, tanto de tempo, quando de dinheiro, e ambas dificultam a competitividade do mercado.

Nesse sentido, dentre as propostas educacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, está a preparação para que os egressos dos cursos técnicos e profissionalizantes tenham elementos teóricos e práticos para organizar a cadeia produtiva, apresentar a sequência de ações para manter o fluxo de mercadorias e serviços produzidos na região.

A Educação Profissional e Tecnológica tem como mola propulsora a implantação dos IFECT (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) oriundos de modificações estruturais ocorridas nas Escolas Técnicas Federais e criados com uma ideologia inovadora voltada para o setor de Tecnologia.

Os chamados IFs, são projetados em uma estrutura que contempla o Ensino Médio Integrado, o Ensino Superior com cursos de bacharelados e licenciaturas, podendo oferecer especialização, mestrado profissional e doutorado. As 38 unidades dos Institutos Federais espalhados pelo país, permitem aos jovens acesso à educação técnica e profissional de qualidade e gratuita.

A Instituição contribui para o desenvolvimento local com a oferta de cursos profissionalizantes, através da análise prévia da demanda e disponibilidade de corpo técnico. Tais ações constituem-se em um dos pilares da missão da Instituição, o compromisso da intervenção na realidade local com o intuito de promover o desenvolvimento local, como destaca o inciso 1, parágrafo 1, do capítulo 1 do Estatuto do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul:

O Instituto Federal é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi e descentralizada, especializada na oferta educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Dentre as finalidades do IFMS se insere o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; permitindo uma formação teórica e técnica, entre o saber acadêmico e a prática profissional. Dessa forma, o egresso poderá contribuir para a transformação da realidade local.

2. O INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - CAMPUS CORUMBÁ: UMA ESCOLA TÉCNICA PARA FRONTEIRA

As Instituições de Ensino localizadas em região de fronteira necessitam de um olhar diferenciado e mais atento dos educadores, porque a prática pedagógica deve considerar as peculiaridades da população fronteiriça, respeitar as especificidades locais de modo a flexibilizar o currículo para facilitar a inclusão de jovens e adolescente de línguas e culturas distintas no processo de ensino-aprendizagem.

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Corumbá pode exercer essa função e atuar como um facilitador para propostas educacionais fronteiriças, porque consta nos objetivos o oferecimento de ensino técnico e tecnológico para a comunidade onde está sediado.

Este capítulo apresentará o IFMS-CB como um elemento norteador das políticas educacionais aplicadas nas Instituições brasileiras e bolivianos.

2.1 Funcionamento e atribuições do Instituto Federal

Em 1909 o Brasil iniciou uma proposta de expansão da Educação Profissional e Tecnológica, no governo do Presidente da República Nilo Peçanha, com a criação de 19 Escolas de Aprendizes que, mais tarde, deu origem os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Cefets, para atender as demandas do novo cenário econômico e produtivo brasileiro a partir da década de 1980. Exigindo adaptações às tecnologias vinculadas aos setores de prestação de serviços e de produção, as Instituições educacionais foram conduzidas a ofertarem cursos diversificados.

Sendo assim, em 29 de dezembro de 2008, os 31 Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, 75 Unidades Descentralizadas de Ensino - Uneds, 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 escolas vinculadas às universidades se transformaram nos hoje conhecidos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (<http://redefederal.mec.gov.br/historico>).

Obedecendo uma rotina orientada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Tecnológica e Profissional - SETEC, a implantação dos Institutos Federais tem bases legais de funcionamento e os Planos de Desenvolvimento Institucional - PDI que visa, entre outros, cumprir a Missão da Instituição com vistas as particularidades da região onde está inserido. As diferenciações entre os IFs esbarram nas especificidades regionais apontadas nos Planos de Desenvolvimento Institucional com vigência de quatro anos.

O objetivo do PDI é constituir-se em uma ferramenta de gestão para alinhamento de metas e estratégias garantindo o cumprimento da missão do IFMS, conforme aponta PDI (2014-2018):

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional (PDI, 2014-2018).

O Plano de Desenvolvimento Institucional é um documento elaborado por uma equipe de servidores responsáveis por alinhar o planejamento estratégico institucional com os objetivos e metas de cada setor, perpassando pelo Projeto Pedagógico Institucional, pela Organização Didático-Pedagógica Institucional, pelas Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão e pela Organização de Infraestrutura da Instituição.

Em se tratando da proposta desta pesquisa de apontar mecanismos para viabilizar a formação de estudantes bolivianos no Instituto Federal, se faz necessário inserir no PDI condicionantes políticos pedagógicos com vistas ao desenvolvimento local e regional.

O atual PDI, ainda, não conta com um item específico que permita o intercâmbio internacional entre estudantes brasileiros/as e bolivianos/as, apenas para estudantes oriundos de outra Instituição nacional, apoiado em acordo de mobilidade acadêmica.

Nos cursos técnicos, a convalidação é permitida para unidades curriculares específicas da área profissional desde que previstas no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos - ROD, ou seja, o ROD poderá prever o aproveitamento de unidades curriculares cursadas em Instituições Bolivianas, desde que as análises sejam executadas por equipe qualificada, a partir da proposta curricular das Instituições envolvidas em comparação com a proposta dos cursos oferecidos pelo Instituto Federal.

Todas as ações desenvolvidas no Instituto Federal devem estar prescritas no planejamento estratégico institucional, ou seja, atividades relacionadas a abertura de novos cursos, contratação de docentes, parcerias institucionais, dentre outras. Um dos documentos que preveem a inclusão de novas ações relacionadas a atuação do IFMS é o Plano de Desenvolvimento Institucional, atualizado a cada quadriênio, elemento de discussão no próximo subitem.

2.2 Documentos Institucionais: construção e contribuições

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI norteia as ações do IFMS por um período de 4 anos. A principal função do documento é traçar as metas a serem atingidas no

ensino, pesquisa e extensão, bem como definir diretrizes administrativas e orçamentárias da Instituição. No âmbito social apresenta à comunidade o compromisso institucional com o desenvolvimento humano e de políticas voltadas à valorização dos arranjos produtivos locais.

Dentre os princípios do PDI, destaca-se a democratização do acesso, a permanência exitosa e inserção sócio profissional dos estudantes, conseqüentemente, o aluno contribuirá para o desenvolvimento econômico da região.

A construção desse documento abrange três estágios/etapas: Preparação, Diagnóstico e Construção do Plano de Desenvolvimento Institucional. Na primeira estará prevista todas as atividades e recursos necessários para a elaboração do PDI, a segunda corresponde ao Diagnóstico, onde comissões compostas por servidores serão responsáveis pela análise do PDI anterior, dos relatórios de gestão, com intuito de verificar as metas definidas e alcançadas. É o momento da análise do ambiente externo detectando forças e ameaças, confrontando com a análise interna de forças e fraquezas, para montar estratégias e estruturar ações futuras.

A última etapa é a da Construção do PDI, com a elaboração das metas de acordo com as observações apontadas nos diferentes ciclos, atentando-se aos recursos humanos, orçamentário, de infraestrutura e gestão.

O objeto desta dissertação está inserido na fase Diagnóstica, considerando que a Missão do IFMS é contribuir para o desenvolvimento social e dos arranjos produtivos locais.

Nesse sentido, é importante pensar nos estudantes fronteiriços que, por vezes, precisam atravessar a linha fronteira para acompanhar os pais e necessitam de atendimento escolar. Proporcionar qualificação técnica, pode ser um dos caminhos para essas pessoas prosseguirem os estudos em uma escola técnica adquirindo formação integral e, conseqüentemente, profissionalizando-se com vistas a fomentar o arranjo produtivo local.

De posse dos elementos que referendam a implantação de cursos profissionalizantes para a fronteira Brasil/Bolívia, tais como: recursos humanos, físicos, econômicos e sociais; a pesquisa precisou buscar um modelo de aplicabilidade para a proposta da dissertação, tendo o Instituto Federal Sul-rio-grandense como referência empírica a ser analisada.

Em 2006 o Instituto Federal Sul-rio-grandense e o Conselho de Educação Técnico Profissional - CETP, da Universidade do Trabalho do Uruguai - UTU, assinaram um termo de cooperação mútua internacional, com a intenção de capacitação técnica da fronteira Brasil/Uruguai e certificação binacional. Atualmente a parceria está consolidada e se coloca como um modelo para outras propostas, resguardando as especificidades de cada localidade fronteira.

A princípio é necessária a análise de bases legais de ambos países para efetivação da parceria, tais como, convênios de cooperação mútua internacional, acordo de permissão de residência, estudo e trabalho de estrangeiros, habilitação das instituições envolvidos na certificação binacional.

A implementação da proposta apresentada nesta dissertação envolve tramitações de caráter institucional que embasam as iniciativas pedagógicas e administrativas para ofertas de novos cursos e/ou adaptação dos cursos já ofertados. No âmbito do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Corumbá, inicialmente a proposta deve ser inserida no Plano de Desenvolvimento Institucional; concluída esta fase, elabora-se um projeto para atender as particularidades de fronteira com vistas ao desenvolvimento econômico local.

A estrutura do projeto, necessariamente, deve ser construída através dos seguintes procedimentos: 1) audiências públicas, consulta do setor produtivo; 2) criação de um comitê de cooperação, para definir o plano estratégico, discutir os planos de curso (observando equivalências de sistemas, perfil do egresso, catálogos, processos seletivos).

Convém observar a importância das audiências públicas - instrumento de participação comunitária, como forma de expressão sobre as reais necessidades local. Além disso, a Constituição (Lei 9784/99) prevê, dentre outros que:

Artigo 32. Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

Art. 33. Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

Art. 34. Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação de administrados deverão ser apresentados com a indicação do procedimento adotado.

Deixando claro que a Administração Pública pode requerer através de uma Audiência Pública a opinião da comunidade antes de tomar determinadas decisões. (BRASIL, LEI 9784/99).

Na sequência se constitui uma comissão para definir o plano estratégico, o qual envolverá o observatório de demandas e a definição da proposta pedagógica dos cursos a serem ofertados.

Perpassando pela adequação dos Projetos Pedagógicos de Curso, onde deverá ser destacada a equivalência mínima de currículos das Instituições parceiras com vistas a futuramente permitir a certificação binacional. A comissão designada pelo estudo de viabilidade e implantação de cursos, necessariamente formada por agentes de ambos os países, deverá se ater às propostas de ensino, pesquisa e extensão, prevendo a formação integral do estudante

fronteiriço, onde, dentre outros as rotinas seguidas pelas Instituições sejam mantidas, como, por exemplo, visitas técnicas bilaterais, estágios e certificação binacional sem necessidade de revalidação.

Seguindo as tramitações necessárias para a inserção de uma proposta no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMS, foi realizada uma Audiência Pública no dia 04 de julho de 2018 na cidade de Corumbá, onde representantes do IFMS e da sociedade civil apresentaram as proposituras de cada parte, discutiram-nas e construíram coletivamente um documento único a ser encaminhado para apreciação da Comissão Interna responsável pela elaboração do PDI.

O protocolo de execução de uma Audiência Pública perpassa pelo chamamento à comunidade em geral, a partir de ampla divulgação nos meios de comunicação, bem como convites direcionados à representantes de setores diretamente envolvidos com a área de atuação do Instituto Federal, tais como: Secretarias de Educação Municipais e Estadual, Federação das Indústrias, Instituições de Ensino Superior, Associação Comercial, Organizações Não Governamentais, Consulado Boliviano, comunidades localizadas na linha de fronteira, IFMS-CB (docentes, discentes e responsáveis).

Os setores teoricamente vinculados à temática, respaldados no entendimento que são instrumentos educacionais oficiais, enviam representantes, como é o caso das Secretarias de Educação de Corumbá e Ladário.

No entanto, a participação dos outros setores convidados foi inferior a expectativa, a ausência de representantes do comércio, do consulado boliviano, de pesquisadores, de docentes e de dirigentes de outras instituições de ensino, é um obstáculo para o debate de propostas para atender toda uma comunidade, caracterizando desinteresse pelas discussões.

O envolvimento da comunidade é essencial para um pensar o coletivo, no sentido de convergir para um elenco de ações educacionais destinadas ao desenvolvimento da região.

As demandas da Audiência Pública, atribuídas ao Instituto, tais como: ofertas de novos cursos na área de tecnologia, ampliação do atendimento à comunidade (número de vagas) e a internacionalização com vistas a atender a população da região fronteiriça na oferta de cursos técnicos profissionalizantes, foram registradas e serão enviadas à Comissão responsável pela formulação do documento oficial a ser apreciado pelos setores internos do IF para posterior inserção no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Como parte das negociações entre os países envolvidos, foi realizada a “7ª Viagem de Intercâmbio Intercultural entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidad Autónoma Gabriel René Moreno, em Santa Cruz de La Sierra/Bolívia, na qual representantes

do IFMS-CB apresentaram o Instituto e fortaleceram a relação entre Brasil e Bolívia por intermédio da troca de experiência entre docentes e discentes de ambas Instituições.

As reuniões entre representantes do Brasil e da Bolívia, os documentos gerados nas Audiências Públicas, a participação popular e a cooperação em eventos educacionais promovidos pelos países envolvidos, fortalecem e respaldam o objetivo da dissertação.

3. TENDÊNCIAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA FRONTEIRA BRASIL - BOLÍVIA

O processo educativo não pode ser comparado a uma via de mão-única, onde prevalece a interpretação da realidade por parte dos gestores educacionais e não se considera a visão do

estudante. Trata-se, naturalmente, de uma relação de troca, onde a participação do educando é de fundamental importância. Nesse sentido, é importante observar o posicionamento de um dos principais agentes no processo de internacionalização: o educando residente da fronteira.

A título de consulta ao principal agente dessa proposta - o estudante boliviano, realizou-se uma pesquisa na única escola situada nas imediações da fronteira Corumbá-Puerto Quijarro, a Escuela de La Frontera.

A Escuela de La Frontera, situada a aproximadamente dois quilômetros da fronteira Corumbá-Puerto Quijarro, é uma escola de porte médio que atende estudantes da educação primária (correspondente ao ensino fundamental brasileiro) e da educação secundária (correspondente ao ensino médio brasileiro), entre 11 e 18 anos, em instalações precárias. Durante o trabalho de campo da dissertação foi possível observar uma relação harmônica entre a administração escolar e corpo docente, estendendo-se entre os discentes.

Para averiguar a expectativa das turmas quanto a continuidade dos estudos, além de observar o grau de conhecimento da modalidade de ensino técnico profissional integrado ao ensino médio, foi realizada uma palestra sobre o IFMS e as ações educativas promovidas pelo Instituto, dentre elas, o oferecimento dos cursos de nível médio de Técnico Integrado em Metalurgia e Técnico Integrado em Informática.

Na oportunidade, foram indicadas as áreas de atuação dos egressos de cada curso, bem como a contribuição para o desenvolvimento econômico de ambos os países. Algumas dúvidas foram apresentadas durante a conversa, tais como: gratuidade, forma de ingresso, transporte até a unidade, sanadas e corroboradas com a explicação de que a ação desenvolvida, naquele momento, é parte de uma proposta de viabilização de ingresso, de permanência e de êxito do estudante fronteiriço na unidade educacional Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Corumbá.

Depois da exposição foi aplicado um questionário estruturado em língua espanhola entre os/as alunos/as, para levantamento de informações relativas à composição da análise da dissertação.

3.1 Com a palavra o público alvo da dissertação: análise das entrevistas.

Trabalhar o e no coletivo é um exercício que requer compreender as especificidades de cada componente da investigação científica, para além do que está posto, do óbvio, ou seja, inserir-se no momento histórico e social, nesse caso, de outro país.

A análise quantitativa oferece subsídios primários para a interpretação, somente a análise qualitativa fornecerá elementos sociais, econômicos e culturais para a elaboração de um produto, conforme idealizado nesse trabalho.

A partir dessa conjuntura teórica, considerou-se necessária a realização de um trabalho de campo com os estudantes bolivianos, para respaldar empiricamente o estudo e, assim, coletar informações para referendar a teoria.

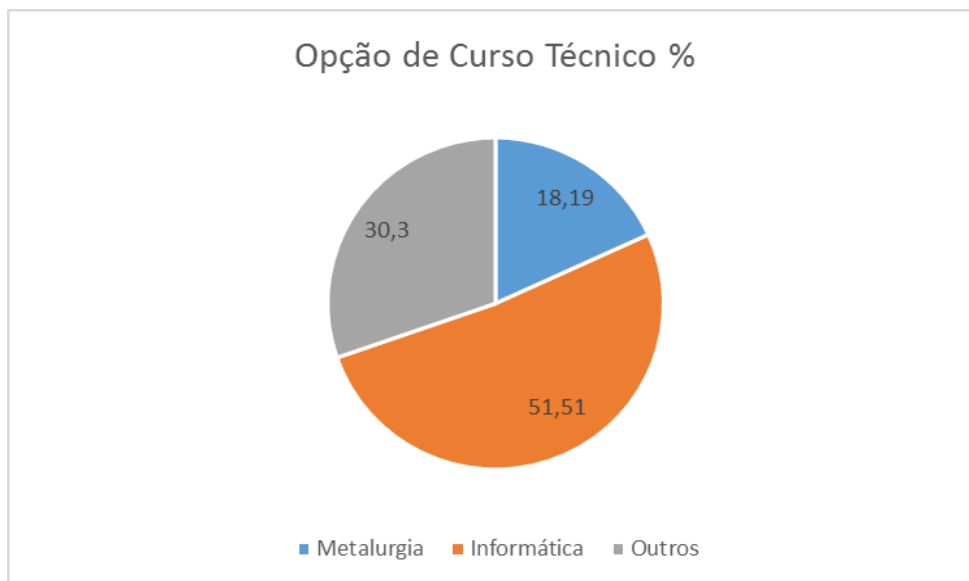
A elaboração e aplicação dos questionários e a tabulação dos dados coletados asseguraram a análise do interesse dos/as alunos/as na continuidade dos estudos, apontaram os cursos de preferência e as opções de qualificação profissional oferecidas pelo IFMS-CB.

Primeiramente, ao serem questionados/as sobre a continuidade dos estudos 100% das respostas foram positivas, fatores relacionados a melhoria da condição de vida, aumento de renda, e possibilidade de ajudar a família são aspectos que respaldam a intenção dos jovens pela continuidade dos estudos.

Em relação ao conhecimento sobre o Instituto constata-se que a grande maioria, 98%, desconhece a existência do mesmo e, conseqüentemente, a função enquanto uma Instituição de Ensino. O Campus Corumbá do IFMS tem uma política de divulgação considerada boa, reiterada pelo número de candidatos inscritos nos exames de seleção e cursos de formação continuada. Porém, o processo de divulgação institucional limita-se à região de Corumbá e Ladário, impedindo que servidores utilizem de mecanismos oficiais para executá-lo no outro lado da fronteira.

Um dos questionamentos feitos aos alunos da Escuela de La Frontera foi sobre o interesse pelos cursos oferecidos no IFMS-CB; ao observar o gráfico o curso de Informática se sobrepõe na preferência da turma, em detrimento ao de Metalurgia:

Gráfico 01: Opção dos estudantes pelos cursos oferecidos pelo IFMS-CB.



Autor: BATISTA, W. S.

A atração pela área de Informática, pode ser motivada pelo setor de tecnologia, voltado à produção de jogos virtuais, aplicativos de celulares e computação gráfica. Os estudantes são jovens estão interessados e ansiosos para conhecerem novas perspectiva de renda, onde possam adquirir conhecimentos para resolução de problemas relacionados com a aplicabilidade tecnológica, a qual abrange diversos setores da economia. Para Letwin (2001):

A criação de novos espaços de simulação atinge a cultura escolar e faz-nos traçar contextos reais de onde se constrói efetivamente o conhecimento. Desconhecer a urdidura que a que a tecnologia, o saber tecnológico e as produções tecnológicas teceram e tecem na vida cotidiana dos estudantes nos faria retroceder a um ensino que, paradoxalmente, não seria tradicional, e sim, ficcional (LETWIN, 2001, p10).

O avanço da ciência e da tecnologia, sobretudo de comunicação, é apontada na fala dos estudantes como fator definidor para a escolha de um curso profissionalizante, porque oportuniza a entrada no mercado de trabalho, a partir da possibilidade de contatar pessoas de outras nacionalidades, trocar ideias, experiências, apropriar de técnicas e tecnologias que possam gerar emprego e renda.

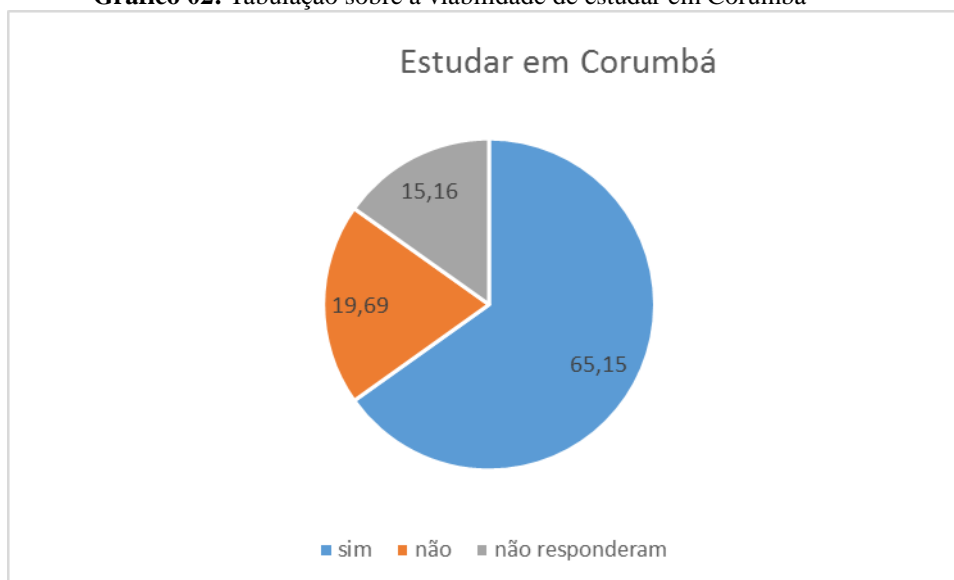
Segundo dados do Banco Mundial, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bolívia (2016-2020) tem como objetivo o crescimento econômico, com destaque para a industrialização do gás natural e geração de energia termo e hidrelétrica. Na lógica capitalista o curso de Metalurgia deveria ser o mais procurado, porém, durante a palestra observou-se que os estudantes desconheciam este ramo da exploração mineral e conseqüentemente a atuação no mercado de trabalho. Logo, pode-se atribuir dois fatores para o “desinteresse” no curso de Metalurgia, um deles é o desconhecimento da carência de uma política econômica nacional

integradora, discutida entre a população boliviana, o outro tem relação com o fascínio que a tecnologia exerce sobre adolescentes e jovens.

As outras opções de cursos apontadas pelas turmas foram: Medicina, Mecânica, Agropecuária, Turismo, Direito e Engenharia de Petróleo, carreiras que, normalmente, estão relacionadas à possibilidade de colocação no mercado com salários mais altos, possibilitando ascensão social através do aumento de renda financeira.

Para 65,15% dos estudantes, a continuidade dos estudos no Brasil, especificamente na cidade de Corumbá, é viável, considerando a proximidade física e cultural com o país, além da familiaridade com a língua.

Gráfico 02: Tabulação sobre a viabilidade de estudar em Corumbá



Autor: BATISTA, W. S.

Entretanto, se faz necessário pensar na logística de acesso do estudante boliviano, porque o transporte público gratuito atende aos estudantes residentes na cidade de Corumbá e as instalações do Campus Corumbá do IFMS está a cerca de 5 km da fronteira Brasil-Bolívia, esse pode ser um fator desmotivador para aos interessados no ensino técnico profissionalizante, por conta do baixo poder aquisitivo da população local e o ônus com transporte.

No entanto, no processo de internacionalização do IFMS-CB pode vincular-se o deslocamento sem ônus para os alunos vinculados a uma escola brasileira. Nesse caso, os encargos podem ser atribuídos aos partícipes brasileiro e boliviano.

Considerando o objeto desta dissertação, nos dias atuais, o IFMS conta com infraestrutura suficiente para atender as demandas locais. Uma proposta de extensão de atuação do Instituto envolve uma reorganização orçamentária para destinar uma porcentagem do orçamento, direcionada à internacionalização, para suprimento de pessoal, transporte e

infraestrutura; executado no momento da inserção da temática no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Nesse sentido, o produto dessa dissertação - criação de mecanismos legais que favoreçam a Internacionalização e certificação binacional do IFMS-CB, ganha força na estruturação de políticas públicas que favoreçam a população fronteiriça.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das características do Mestrado Profissional é a apresentação de proposituras e/ou ações para resolver problemas sociais, econômicos e culturais vivenciados na fronteira. Nesse contexto a pesquisa, apresenta uma proposta de ação prática - a inserção no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMS-Campus Corumbá, da temática Internacionalização, desenvolvida a partir da experiência do autor, enquanto pesquisador-observador, inserido no contexto institucional (como servidor do IFMS-CB), pode identificar as potencialidades e construir um caminho para atingir o objetivo da dissertação: “Apresentar ao IFMS as potencialidades e demandas da fronteira Brasil-Bolívia por cursos técnicos profissionalizantes com certificação binacional, inserindo a temática internacionalização no Plano de Desenvolvimento Institucional do Campus Corumbá.

O estudo delimitado nas características organizacionais da Instituição se respaldam no conhecimento, por parte do pesquisador, das tramitações de origem prática. O Instituto Federal como instituição recentemente instalada (Lei nº 11.892, de 29 dezembro de 2008) no estado de Mato Grosso do Sul, passa por fase de consolidação de políticas internas, buscando aprimorar-se nas ofertas de cursos para atender as necessidades dos municípios nos quais estão inseridos os dez Campi. Sendo assim, as reformulações dos projetos de cursos, as adaptações de planos de atuação, enquadram-se em um procedimento de apresentação das propostas a serem inseridas no Plano de Desenvolvimento Institucional. Nessa rotina, a pesquisa trilha em apresentar as características da Instituição vinculadas ao desenvolvimento regional a partir das potencialidades observadas e apontadas pela população, verificando a necessidade da contribuição institucional no processo de desenvolvimento regional.

Depreende-se da pesquisa que o Instituto Federal enquanto promotor de educação voltada para a qualificação profissional dos egressos, assume um papel de fundamental importância para o desenvolvimento da região na qual está instalado, como está expressamente apontado na Missão Institucional “Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional”.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia é a única unidade educacional pública federal a ofertar o ensino profissional integrado ao ensino médio na conurbação Corumbá/Ladário/Puerto Quijarro/Puerto Soarez, região fronteira entre o Brasil e a Bolívia, com cerca de 150.000 habitantes. À essas particularidades, agrega-se a incessante busca por condicionantes para o desenvolvimento regional, expandindo expandir os “tentáculos” a educação para além das fronteiras geográficas. Gerando a necessidade de políticas internas

específicas das instituições educacionais situadas na região de fronteira voltadas à internacionalização,

Nesse sentido, cabe à Instituição promover condicionantes estruturais para qualificar em língua espanhola, primeiramente, o corpo docente para atuar em uma escola da fronteira, executar ações a partir de parcerias e acordos de cooperação mútua entre Brasil e Bolívia, perpassando pela reestruturação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Institucional, com destinação de recursos humanos e financeiros para atender às necessidades oriundas das políticas de internacionalização da educação e de incentivo às iniciativas bilaterais de ensino. Além de proporcionar conhecimento do outro lado da fronteira a cerca das ofertas de cursos do Instituto Federal, salientando que na pesquisa de campo efetuada, observou-se o desconhecimento sobre a Instituição e os cursos ministrados.

As ações normativas regulamentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional são necessárias para a implementação de políticas públicas que permitam o acesso de estudantes residentes na região fronteira à Instituição, desde o momento da divulgação da própria Instituição na Bolívia até a possibilidade de certificação binacional.

A proposta da dissertação é o primeiro passo para uma sequência de ações em cadeia, tais como: sensibilização do corpo docente sobre a importância de um atendimento binacional, formação continuada de corpo docente para atender estudantes estrangeiros, alinhamento junto aos órgãos competentes para transporte de estudantes da fronteira até o educandário. Logo, existe uma série de atividades a serem desenvolvidas a partir da assinatura de um convênio de cooperação mútua entre os partícipes e a inserção no Plano de Desenvolvimento do Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Corumbá.

Longe da intenção de concluir um trabalho de pesquisa, que deve ser contínuo na vida profissional de um professor, esta dissertação evidenciou a necessidade e a real possibilidade de implantação da temática da Internacionalização no PDI do IFMS, particularmente no Campus Corumbá. Sendo assim e, considerando a extensão fronteira do Brasil, outras ramificações em nível nacional, serão propostas na sequência de estudo de doutorado do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das Fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume. 2010.

ÁVILA, Vicente Fidelis. et al. **Formação educacional em desenvolvimento local de estudo em grupo e análise de conceitos**. Campo Grande: UCDB, 2000.

BARROSO, Carla Carneiro. **Ações e políticas públicas para o desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira**. In: Reunião da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes-permanentes/cindra/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2013/09-07-13/apresentacoes/>. Acesso em 13 de maio de 2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 9394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB. Disponível em www.planalto.gov.br.

_____. **Educação Profissional e Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**: Documento Base. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional de nível tecnológico**. Brasília: MEC, 2002.

BRITES, Aurélio Tomaz da Silva. **A Internacionalização da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e as relações transfronteiriças na educação**. Mestrado em Estudos Fronteiriços. UFMS, 2015.

FAZENDA, Ivani. **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Roberto M da Silva. **Adstringências e Frinchas entre Comerciantes Brasileiros e Bolivianos numa Zona de Fronteira: Os limites e as Desconexões a Cerca do estado e do território em Corumbá/MS**. In: **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 08, n16, p. 2, UFGD, 2014.

FERREIRA JR., Amarílio. **História da Educação Brasileira: da colônia ao século XX**. São Carlos, EdUFSCar, 2010.

GARCIA, Marilda M. Renato Suttana. **Educação, Diversidade e Fronteiras da In/Exclusão**. Dourados: UFGD, 2012.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL. **Estatuto**. Campo Grande, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano de desenvolvimento institucional**. Campo Grande, 2014 – 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de desenvolvimento institucional**. Bento Gonçalves, 2014 - 2018.

LIBÂNEO. José C. **Didática**. São Paulo. Cortez, 2008.

MACHADO, Lia Osório; STEIMAN, Rebeca. **Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa escolas bilíngues de fronteira**. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO**. Curitiba, 2013.

MOMM, Lígia. **Mercado de Trabalho e Desemprego: oferta e demanda de emprego via Internet, uma nova tendência**. Estudo de caso no Banco Nacional de Empregos - BNE. 2004. 155f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. UFSC: Florianópolis, 2004.

PACHECO. Eliezer. **Os Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília. Moderna, 2011.

PEREIRA, Jacira Helena do V. **Diversidade cultural nas escolas de fronteiras Internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul.** In: Revista Múltiplas Leituras, v.2, n. 1, p. 51-63, jan. / jun. 2009

RAFESTIN, Claude. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira.** In Oliveira, Tito C. M. (org.). Territórios sem Limites. Campo Grande: UFMS, 2006.

RIBEIRO, Maria Lucia O. **O idioma e a escola de fronteira como fatores de inclusão social de crianças e adolescentes em Corumbá – MS (BR).** Mestrado em Estudos Fronteiriços. Corumbá: UFMS, 2011.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. **O novo paradigma da organização do trabalho e a formação profissional na área da saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

SOLOW, Robert. **A contribution to the theory of economic growth.** The Quartely Journal of Economics. 1956. Vol. 70, No. 1, February, pp. 65-94.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir.** “Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI”. Jacques Delors (org.) – 5ª ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001b.

ANEXOS

1. MINUTA DA PROPOSTA

Ao Diretor – Geral do Campus Corumbá

Senhor Diretor-Geral,

Considerando a área de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS e a localização na conturbação Corumbá-Ladário-Puerto Quijarro-Puerto Suarez, apresento uma proposta de expansão do atendimento do Campus Corumbá, resultado de uma pesquisa desenvolvida, enquanto aluno no Mestrado em Estudos Fronteiriços – UFMS/Pantanal, sob orientação da Prof^a. Dra Mara Aline Ribeiro, a qual destaca as potencialidades do Campus Corumbá para atender a população fronteiriça.

A proposta se justifica pelo fato da região dispor de recursos humanos e pouca oferta de qualificação técnica, retardando, de certa forma, o processo de desenvolvimento local.

Em anexo, encontra-se o plano de ação, com as potencialidades, a operacionalização das ações para implementação de uma política de internacionalização, dentre outras informações e dados importantes para análise das probabilidades.

Sendo assim, solicito encaminhamento do plano de ação para análise, discussão e inserção na próximo Plano de Desenvolvimento Institucional.

Corumbá, ____ de _____ de 2019.

Wanderson Batista da Silva
Servidor do IFMS-CB

2. PLANO DE AÇÃO

Política de internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Potencialidades:

- Escola técnica federal situada em região de fronteira, com objetivo de oferecer qualificação profissional visando o desenvolvimento local.
- Escola técnica que atua nos setores de ensino, pesquisa e extensão.
- Infraestrutura adequada para suprir as demandas da região de fronteira.

Implementação:

- Apreciação da dissertação pela Direção-Geral do Campus Corumbá.
- Encaminhamento a Comissão de Construção do Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Inserção do Item – Internacionalização no Plano de Desenvolvimento Institucional, inclusive inserindo percentual de recursos destinados a tal ação.

Justificativa:

- Finalidade institucional - oferta de cursos técnicos profissionalizantes com vistas ao desenvolvimento local. Insere-se nesse tópico a região de fronteira, formada pelos municípios de Corumbá, Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suarez.
- Interesse dos estudantes bolivianos em estudar no Brasil.
- Qualificação profissional e Desenvolvimento local.

3. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DA ESCUELA DE LA FRONTERA EM PUERTO SOAREZ/BO

Cuestionario a ser respondido por los estudiantes de la Escuela de La Frontera

Este cuestionario es un instrumento de recolección de informaciones para la disertación de Maestría en Estudios Fronterizos que tiene como objetivo conocer la opinión de los estudiantes sobre la oferta de cursos técnicos profesionalizantes en la región de frontera. Su participación es muy importante y puede contribuir a los debates y la mejora de los procesos educativos en la frontera.

Nombre:

Edad:

1. ¿Desea continuar con los estudios? () Sí () No
2. ¿Conoce el Instituto Federal en Corumbá? () Sí () No
- 3.. Si tuviera la oportunidad de hacer un curso técnico cuál sería su opción?
() metalurgia () informática
2. Además de lo señalado arriba quisiera hacer algún otro?
() ¿Si, cual? _____ () no
2. ¿Usted estudiaría en Corumbá? () Sí () No